

## **A ECONOMIA DAS TROCAS POLÍTICAS: FAMILISMO, NEPOTISMO, PATROCÍNIO E CLIENTELISMO**

*Esser Jorge Silva (UTAD / CECS)*

### **ABSTRACT**

This paper focuses on politics as culture and demonstrates how peripheral geographical location and customary modes of actors sustain and normalize community political relations, orienting them towards practices of familism, nepotism, patronage and clientelism.

The research addresses the political interactions of a community, draws on critical discourse analysis, draws on intersectional listening of policy actors, and is supported on phenomenological and ethnomethodological perspectives to produce a comprehensive analysis of the judging strategies and practical conception of relations to and from power.

The study demonstrates how the behavior that forms a political culture varies according to the geography of its production, being the result of idiosyncrasies markedly marked by forces whose components are manifested in the form of socioeconomic relations. Contributing to this reality are factors located in the endogenesis of local social structures, responsible for transforming acts of political management into particular relationships of manifestation of personal power, converted into economic power.

Keywords: political culture, patronage, political economy, patrimonial domination

### **RESUMO**

Este trabalho centra-se na política como cultura e demonstra como a localização geográfica periférica e modos costumeiros dos atores sustentam e normalizam as relações políticas comunitárias, orientando-as para práticas de familismo, nepotismo, patrocínio e clientelismo.

A pesquisa aborda as interações políticas de uma comunidade, socorre-se da análise crítica do discurso, alicerça-se na auscultação entrecruzada dos atores da política e sustenta-se nas perspetiva fenomenológica e etnometodológica para produzir uma análise compreensiva das estratégias de ajuizamento e conceção prática das relações *de* e para *com* o poder.

O estudo comprova como as condutas formadoras de uma cultura política variam de acordo com a geografia da sua produção, sendo estas o resultado de idiossin-

crasias marcadamente vincadas por forças cujos componentes patenteiam-se na forma de relações socioeconómicas. Contribuem para esta realidade fatores localizados na endogénese das estruturas sociais locais, responsáveis pela transformação dos atos de gestão política, em relações particulares de manifestação de poder pessoal, convertidos em poder económico.

Palavras-chave: Cultura política, patrocínio, economia política, dominação patrimonial.

Recebido em 15 de agosto de 2021.

Aceite em 10 de janeiro de 2022.

## **Introdução**

Esta investigação persegue a compreensão dos modos de construção de uma cultura política numa região do norte de Portugal. Serve-se da observação sistemática no terreno sendo produzido a partir das estratégias discursivas e exploração dos dados imediatos de consciência (Bergson 2013) demonstradores de práticas de sedução e domínio segundo um processo de dependência e resignação, instituídos como cultura rotineiras da ação política. O trabalho segue a tradição pluridisciplinar que caracteriza as *cultural studies* (Hall et al. 1980) que articula estudos de comunicação com sociologia e antropologia, formando estes três vetores as veias fundamentais do tronco desta área de conhecimento humano e social (Martins 2011:271). Através desta conexão as *cultural studies* interrogam o “modo como a cultura de um grupo social [...] funciona como contestação da ordem social, ou então, inversamente, como reconforto das relações instituídas de poder e dominação” (Martins 2011:31). O estudo segue a perspectiva segundo a qual é mais proficiente pensar nas preferências políticas como enraizadas na cultura política do que perseguir bases alternativas, como por exemplo esquemas ou ideologias (Laitin e Wildavsky 1988).

No espaço geo-social e político de Celorico de Basto, o isolamento geográfico, a condição periférica e a visão estreitada dos atores introduzem uma realidade que circunda a geografia humana em particularidades estratégicas comumente reconhecidas como válidas na vida de todos os dias (Goffman 1993). Imperam modos naturalizados que remetem os indivíduos para o costumeiro e relevam uma espécie de “atitude natural” colhida nas “condições para as ações de acordo com os objetivos à volta” não se podendo descurar “a vontade e as intenções de outros com quem se tem de cooperar ou lidar” (Schütz 1970:17), principalmente quando se trata de relações de poder. A crença quiescente no volume de conhecimento organiza a propensão pragmática cujo protocolo interno de confiança “evita que o indivíduo, enquanto permanece em atitude natural”, procure um conhecimento que é necessário para a realização de suas operações e planos práticos”. Genericamente as suas ações decorrem acriticamente segundo “um caráter de rotina” (Schütz 1970:18).

O campo político, constituído segundo uma espécie um domínio recursivo comum tem, na especificidade do manejo linguístico, uma pertinente aproximação à noção de *membro* (Coulon 1988:50). Um indivíduo

está convertido em *membro* quando surge associado “a um grupo, uma instituição, o que requer o manejo progressivo de linguagem institucional comum” (Coulon 1988:51). A partir do momento em que o agente se sente afiliado na totalidade ao domínio político passa a ser um *membro* dessa área e, nessa qualidade, não mais necessita de se interrogar sobre o que faz ou diz. O trabalho aqui vertido convoca os “membros” para que a realidade por si construída se revele para além da comunidade.

O estudo demonstra como as condutas da ação política apresentam-se vincadas por forças cujos componentes são evidenciados na forma de relações socioeconómicas. Neste particular, os princípios fenomenológicos aqui invocados, complementam-se com as ideias de Garfinkel (2006) e aos seus estudos em etnometodologia. A etnometodologia expressa as estratégias e os recursos práticos usados pelos indivíduos “para dar sentido, e ao mesmo tempo, realizar as suas ações de todos os dias” (Coulon 1988:32), nomeadamente no uso de fórmulas rotineiras regularmente reveladas na comunicação. Concentra-se na atenção dos atores para o recurso a indexações e o modo como se sustentam no conhecimento daquilo que é desejado pelo mundo para delinear as suas interações e as produzirem de acordo com o desejado do mundo. O recurso a um catálogo recursivo apreendido e reservado – a *indexalização* – constitui uma espécie de antecâmara onde residem as reservas (Coulon 1988:34–37), já testadas em quadros de experiência pelo histórico das ações (Goffman 1986). Cabem lá os recursos linguísticos descodificados e indexados, disponíveis para manterem as práticas sociais coerentes e inteligíveis para todos os participantes.

## 1. Metodologia

Além da literatura local e observação sistemática, a pesquisa socorre-se de entrevistas em profundidade colhidas entre os atores políticos do concelho de Celorico de Basto – no norte de Portugal. Estas configuram técnicas capacitadas para prover conhecimento sobre comunicação e cultura políticas. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin 2009) e análise crítica do discurso (Dijk 2005) explorando os dados fornecidos pela consciência imediata dos atores políticos (Bergson 2013).

De acordo com Dijk, apesar de “incapazes de memorizar e de controlar todos os detalhes significativos”, os utilizadores da linguagem organizam mentalmente o discurso através de significados, resultando daí a “relevância social dos tópicos no discurso, na interação e na estrutura social” sendo estes a definirem “o rumo a seguir pelos falantes, organizações e grupos, e isso tem

o maior impacto no discurso posterior e na ação” (Dijk 2005:41). A análise, realizada a partir do cruzamento de dados, apresenta um estudo de caso de natureza extensiva, revelador das estratégias relacionais usadas pelo poder político na afirmação de uma cultura particular do poder construída como mediador da sociedade civil local.

Sustenta-se, metodologicamente, nas contribuições da fenomenologia (Schütz 1970) e na etnometodologia (Garfinkel 2006) que vieram valorizar o papel da verbalização dos membros de uma comunidade sobre as suas práticas, em especial na exposição da sua consciência e autoconsciência, como o demonstram Shaun e Zahavi (2020). Aplicada segundo o aporte de Alfred Schütz (1970), a fenomenologia evidencia grande pertinência na compreensão da realidade. De acordo com Kieling (2014) a fenomenologia atua como abordagem relevante nos estudos de comunicação, porquanto se trata de uma metodologia que se centra nas interações e na capacitação prática dos atores, particularmente nas suas respostas às solicitações do dia-a-dia.

## **2. Idiosincrasias culturais do espaço em análise**

O concelho de Celorico de Basto localiza-se na região noroeste de Portugal, a sudeste do distrito de Braga. É território encravado numa área marcada por linhas de fronteiras distritais: de um lado com Mondim de Basto – distrito de Vila Real – e do outro por Amarante no distrito do Porto. Está encostado aos extremos – do Minho do qual faz parte –, do Douro e de Trás-os-Montes sendo assim, para além de um espaço de fronteira, uma área de transição que colhe as indefinições e o abandono de tudo o que é marginal e deslocado. O seu afastamento do centro regional decisório não se expressa tanto assim na distância mas no esquecimento da sua existência. Tal como em muitas outras localidades em Portugal, Celorico de Basto representa o interior que se fez longínquo não pelo espaço mas pela fragilidade das suas dinâmicas sociais e da consequente ausência de atratividade.

Antes da construção de uma variante entre Amarante e Celorico de Basto no início do século XXI, chegava-se a Celorico de Basto por uma das quatro vias em que as diligências atreladas a cavalos faziam o transporte de pessoas e alguns bens no século XIX. A cobertura de asfalto era então o elemento que se intrometia entre os dois séculos que separam a atualidade e um concelho historicamente dominado por um imaginário de riquezas extraídas da terra através do cultivo de produtos agrícolas, setor que até ao final dos anos 1980 ocupava a maior parte da população ativa.

À chegada do século XXI o progresso e a modernidade medidos em autoestradas também passaram por Celorico de Basto ali deixando marcas bem visíveis num rasgo longínquo de via atravessando a paisagem. Apesar da travessia feita em corredor de aceleração ali colocada, não coube lugar a uma única ligação entre o traçado da estrada do progresso e os caminhos marcados na terra por infindas pisadas. A via acelerada de aproximação e compressão do tempo, metáfora da sobremodernidade e do devir civilizacional (Augé 2005), atravessa clandestinamente o concelho, constituindo para os celoricenses uma inútil peça de mobiliário aposto no território com exclusiva serventia visual.

A geografia local é atravessada por diversas dificuldades transformadas em deleite, por convocação da sensibilidade. Explica Lemos (1988) que é preciso sobrevalorizar a beleza “a alguns arreliaadores acidentes de percurso” para não esquecer uma multiformidade que vai “desde a área da desolação até ao coral da plenitude” [...] num contraponto “entre árvores despidas de folhas e dormentes de frio”, as “tonalidades viris das searas” [...] “o oloroso rosmânico, a álacre giesta, a mimosa aveludada, a lividez raivosa do mato arnal, atapetando de acordes discrepantes o fundo musical de veigas e montados” [...] “num crescendo melódico em que todos os caminhos vão encontrar a primavera que nesta canto privilegiado do Minho, rege os concertos de vivacidade e de luz” (Lemos 1988:16). Como quem diz, apesar da aspereza e das dificuldades coladas no olhar, a morfologia geográfica também deixa espaço para a esperança das coisas viçosas ainda que ocorridas em espaços dominados pelo clamar da natureza.

Localizado nas bordas, excomungado dos fluxos e vítima da força centrífuga com os seus efeitos repelentes, a inércia constitui-se numa espécie de matriz estendida a todo o campo de ação humana, estabelecendo-se como conduta com consequências na totalidade do tecido social. Uma malha mental urdida ao longo dos tempos pousa no território celoricense, assim construindo formas localizadas de relações de poder geradores de uma divisão social entre a ‘nobreza’ e a ‘pobreza’, no qual, atestadas pela longa observação, se confirma que “a sobrevivência de senhores e servos” se ficou a dever durante séculos às atividades agrícolas em forma “individualista, excessivamente minifundiária, rotineira, inselectiva, inadequada, sem máquinas, sem mão-de-obra, a resultar cada vez mais improdutiva e cada vez menos rentável (Lemos 1988:16), num aproveitamento do solo todavia muito longe de “suprir as necessidades primárias das ermadas populações que o trabalham” (Lemos 1988:16).

Como em praticamente todo o Baixo Minho a intensa atividade na agricultura promoveu um tipo de povoamento disperso assente no subemprego ou mesmo na ausência de retribuição monetária nas relações de trabalho. Com o passar de anos, a agricultura deixou de ser a atividade predominante mas as configurações marcadas pela consciência rural marcaram a identidade regional.

O perfil dominante da mente celoricense compõe-se na relação entre a virilidade da paisagem e a tibieza do humano que ajuda a perdurar uma contrastante realidade caracterizada não só pela estagnação do tecido social mas, para além disso, pela afirmação da monotonia existencial como forma de vida. A asserção, aparentemente próxima das teorias de Rousseau, traduzida na afirmação de que “no fundo, toda essa gente é boa [e] se nos afigura simples, natural e estranhamente boa” (Lemos 1988:19) esconde, na formulação, a presença da outra hipótese, porventura expectável mas um tanto *hobbseana*, segundo o qual, ao se não verificar a inserção ímpia na comunidade, não constará aí a explicação capaz de clarificar até que ponto a introdução da ideia de *bondade* não se deve a consequências da devoção religiosa.

O torpor domina e a novidade constitui um problema a evitar, na medida em que altera a ordem. Por isso “ninguém conte com grandes recetividades a qualquer acenar que lhes cheire a inovação. Nada os convencerá a trocarem o pouco que sabem, por todas as coisas do mundo que ignoram” (Lemos 1988:19), uma afirmação que dá forma erudita à expressão muito presente por essas bandas que manda nunca trocar o certo pelo incerto, sendo que o incerto, porque incompreendido, se assemelha ao errado.

Não admira que uma pessoa que frequentou o mínimo da escola, nunca saiu daqui, nunca viu o mar, tenha essa atitude de passividade... e acha que isso é assim... É a tal inevitabilidade. Por isso não querem trocar porque acham que é melhor o mal do que o duvidoso. Portanto deixar estar assim porque assim é melhor...

(Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Trata-se de viver um destino inevitável, predestinado pela vontade de uma entidade só possível de ser imaginada mas cuja omnipresença, por viver de tal modo encrustado nas consciências, guia os espíritos pelas mesmas leis gerais da existência.

É a vontade de Deus... É que, ainda por cima, metem Deus no meio [...]  
Há vinte anos eu pensava que quando desaparecessem umas quatro ou cinco

gerações que as outras trariam uma massa crítica enorme. Mas pelo contrário...  
(Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Forma-se assim uma fidelidade a métodos e processos conhecidos porque experimentados toda a vida, por toda a comunidade, o que os torna apegados à “sua marginalização atávica, apáticos, desconfiados, descrentes e portanto rotineiros, não [sendo] tarefa fácil motivá-los para fora do ‘círculo de giz’ das vicissitudes familiares e das quizilências com vizinhos” (Lemos 1988:19). Em simultâneo persistem os laços apertados permanentemente reeditados e geralmente transmutados numa linha de sucessão geracional.

A reprodução social dá-se assim em forma vertical – dentro da família – e reforça-se na vertente horizontal – junto da vizinhança –. Persistem as estruturas de acordo com as disposições permanentes apreendidas através de pensamentos, ações, percepções, uso de expressões e os condicionamentos impostos por uma vertente societal rígida (Bourdieu, 1997: 7), alheia ao contacto com exterior, não só por ausência de convivências fora das fronteiras mas também por não se constituir como atração para, desse modo, promover a entrada de forasteiros e, com estes, a introdução de hodiernidades instituidoras de expectativas.

Viver praticamente isolado, como se numa ilha, introduziu nos celoricenses a certeza da sobrevivência como preocupação primeira, ato quase sempre remetido para os confins da individualidade e que está associado à concentração da procura do básico para uma existência básica. “No rosário da existência que lhes coube, aprenderam a contar, exclusivamente consigo mesmos” (Lemos 1988:19) por saberem, de experiência feita, que mais ninguém o faria por si. As práticas comunitárias ali realizadas descentram-se de outras possibilidades da união, nomeadamente forjadas a partir de interesses coletivos pensados sob planos e estratégias grupais, com vista a objetivos gerais diferenciadores das injustiças do destino e da sentença individual acobertada pelo sofrimento silencioso.

### **3. Particularidades políticas da geografia em estudo**

Entre 1976 e 2019 apenas dois partidos políticos experimentaram o sabor da vitória nas eleições autárquicas em Celorico de Basto: Centro Democrático Social (CDS) e Partido Social Democrata (PSD), uma das vezes coligados entre si juntamente com o Partido Popular Monárquico (PPM). Nestas quatro décadas foram eleitos apenas três indivíduos como presidentes de Câmara Municipal:



<b>Anos de mandato</b>	<b>Presidente Câmara eleito</b>	<b>Partido vencedor</b>	<b>Resultado (%)</b>
1976-1979	João Maria Mourão Pulido Almeida	CDS	50,8
1979-1982	João Maria Mourão Pulido Almeida	CDS	50,7
1982-1985	João Maria Mourão Pulido Almeida	AD (CDS+PSD+PPM)	63
1985-1989	João Maria Mourão Pulido Almeida	CDS	50,4
1989-1993	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	33,5
1993-1997	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	52
1997-2001	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	59,6
2001-2005	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	59
2005-2009	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	51,8
2009-2013	Joaquim Monteiro da Mota e Silva	PSD	51,2
2013-2017	Joaquim Monteiro da Mota e Silva	PSD	64,2
2017-2021	Joaquim Monteiro da Mota e Silva	PSD	46,9

Esta realidade social gera, só por si, um tipo de relação bastante particular com o poder e que, de certo modo, pode explicar determinadas estratégias individuais que atravessam as práticas de toda a comunidade. Segue-se um exemplo: entre 1976 e 1985, durante quatro mandatos, João Pulido Almeida foi sucessivamente eleito, com maioria absoluta de votos, presidente de Câmara. Em 1989 o poder local fugiu-lhe das mãos.

Perdi por meia dúzia de votos [Nota: O PSD teve 4050 votos e o CDS 3922]. Foi uma derrota que se ficou a dever a dissidências no partido.  
(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Essa mudança deu-se com a transumância, massiva e simultânea, de presidentes de junta de freguesias, até então eleitos pelo Centro Democrático Social (CDS), para o Partido Social Democrata (PSD).

[...] A maior parte dos presidentes de junta de Celorico de Basto eram militantes do CDS mas concorriam em listas do PSD... Ora ainda hoje são filiados no CDS... Estão à espera que o CDS os ponha fora mas eu não faço isso.  
(Castro Leal, CDS – Celorico de Basto)

Perfila-se um caso em que uma mudança partidária não é levada em conta da mudança ideológica. Ou se tal acontecer, basta considerar natural que, da noite para o dia se mude ideologicamente, inclusive, se mude de partido, assim persistindo a manutenção do lugar público de representação

política, todavia mantendo a militância ideológica de origem. Contudo, mudanças podem ocorrer pela ação da capacidade estratégica de um outro partido, nomeadamente posse da arte de introduzir um fator completamente desorientador no interior do partido adversário.

Esta transumância política mostra, porém, como as idiossincrasias das estruturas gerais da textura social local, se manifestam em direção ao que entendem ser a escolha mais acertada, objetivamente não de acordo com uma escolha segundo atrativos de reconhecimento ideológico mas uma escolha segundo a identificação do afeto económico. A mesma lógica é verificada nas estratégias de sucessão do pai, Albertino Mota e Silva, pelo filho Joaquim da Mota e Silva, na presidência do município. A presença do segundo na vereação a partir de 1997 patenteia um estratagema de ação orientada para um fim alicerçado numa economia de trocas políticas (Weber 2004b) na qual se inclui a noção patrimonialista transformada em herança particular.

#### **4. Práticas de patrocínio e clientelismo como cultura política**

Em locais comunitários, onde escasseia o emprego, o acautelar da possibilidade da obtenção de uma ocupação para o filho ou filha, toma a linha da frente das escolhas políticas. Numa localidade com as características de Celorico de Basto é fácil levar adiante o princípio segundo o qual os partidos servem interesses e, assim sendo, todos os interesses são legítimos de conquistar através do uso estratégico de um partido. Se um qualquer partido dominador do espectro político claudica e o poder da autarquia passa a ser detido por uma novel ordem de poder partidário, mandam as leis gerais da estratégia regida pelos interesses anular as diferenças, conciliar os sentidos e mudar a preferência. Para que tal aconteça, basta fazer saber ao novel poder o quanto se alinha com ele, quanto se idolatra a personalidade que o possui e quanto se concorda com a sua visão do mundo.

[...] As pessoas, uma grande parte, estão nos partidos para se servir, para arranjar empregos para os filhos, para as mulheres, para si próprio e, é isso que está a descredibilizar totalmente os partidos políticos. Temos aqui o CDS que esteve no poder concelhio no primeiro anos e quando perdeu a Câmara Municipal para o PSD (em 1989), 90% dos presidentes de Junta eram do CDS e a seguir, em 1993, foram todos pelo PSD [...]

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta Freguesia Moreira do Castelo)

Numa transumância política pode dar-se o caso do ex-presidente de Câmara Municipal, político derrotado nas eleições anteriores, passar a assessorar o novo presidente de Câmara, numa clara demonstração de consonância, respeito e ajuste das personagens às novas relações de poder. O conformismo apresenta-se como um traço muito natural daquele espaço político. E dentro deste comodismo, mandam as regras de civilidade locais que os altos militantes dos partidos PSD e CDS se comportem como primos próximos. E, num caso em que o *partido primo* entra em ebulição interna, só resta ao partido no poder recrutar o antigo Presidente de Câmara. Como a relembrar a noção de *potlach* (Mauss 1924), ao presidente municipal derrotado não resta outra solução senão aceitar todo o quadro que lhe é proposto.

Fui assessor do Albertino [Mota e Silva] porque como os presidentes de junta todos me acompanharam e, para haver um bom relacionamento com a Câmara, eu aceitei ser assessor... Fi-lo por obrigação...

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Isto é, depois de perder o partido, o político fica com uma obrigação tal com os seus antigos presidentes de junta, como se estes, por fazerem parte do seu domínio, estivessem protegidos de qualquer ato malévolos. É, claro que, as relações estabelecidas no campo político têm por trás outras motivações que, regra geral, estão mais próximas da contenda e menos da harmonia. Nestes casos, a harmonia pode estar a ocorrer apenas por estratégica e, esta última pode significar, tão só, derrotar um inimigo; esse mesmo rival que foi capaz de queimar a terra do partido, até ao ponto de não mais este conseguir medrar com o mesmo vigor

Nunca julguei que o concelho fosse assaltado por esses senhores oportunistas do PSD... Tudo ficou a dever-se a divisões no CDS das quais depois arrependeram-se muito, mas é tarde e Inês é morta.

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Inês é morta<sup>1</sup>! Como quem diz, nada mais há a fazer. Este é também o motivo por que, depois de ser assessor, João Pulido Almeida muda-se, em 1993, para as listas do PSD. Tal como o líder de outrora, os membros do CDS seguem o seu caminho dedicando-se a outros partidos políticos, inclusive passando a representá-los na máxima expressão do que *representar* quer dizer.

<sup>1</sup> Figura de estilo que remete para o Canto III de *Os Lusíadas* de Luís de Camões e o episódio da morte de Inês de Castro.

Ser militante de um partido e representante de outro fomenta alguns paradoxos na realidade vivida pela política. Não se trata apenas da excentricidade em si mas da gestação de particularidades transformadores dos atores políticos em personagens romanescas.

O presidente da Junta de Freguesia da sede do Concelho concorreu pelo Partido Socialista mas é filiado no CDS... Diz que fica muito incomodado por receber cartas a convocá-lo para o congresso... Mas ele pode vir cá e pede a desfiliação... Ele não é filiado no PS, portanto não há que lhe aplicar um processo disciplinar...

(Castro Leal, CDS – Celorico de Basto)

A apreensão das práticas assentam em formas, aparentemente, muito românticas de abordar o fenómeno político. São fórmulas indistintas quanto à sua natureza dado desconhecer-se se a sua enunciação resulta do sustentáculo de causas ou se, enquanto consequências não previstas, revelam os alicerces do pensamento local para a utilidade do campo político.

Nós defendíamos interesses concelhios. Não nos interessava nada os interesses políticos.

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

E o que são interesses concelhios?

As eleições ganham-se assim... Há um projeto que se chama *Câmara Amiga* que tem técnicos, uma carrinha ou duas a fazerem pequenas reparações mas que são feitas em função dos votos... Vou-lhe falar de um caso daqui da terra: a *Câmara Amiga* veio reparar a casa de uma senhora que está reformada [...] Ora os técnicos da *Câmara Amiga* não falaram com ninguém, nem com a Junta de Freguesia nem com o padre e decidiram arranjar a casa a alguém que pagará com o voto.

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo)

A linguagem política tem na disseminação um escape retórico cuja transposição para as práticas revela a dupla visão subjacente. Materializar os *interesses do concelho* num quadro de assistência social denominado *Câmara Amiga* significa converter o interesse geral em interesse particular. Satisfaz-se o concelho satisfazendo pessoas, assim investido no agente político a quem é atribuída a arte e o poder de satisfazer.

A *praxis* revela como o agente detentor do poder político monta uma rede cujos serviços fornecidos, através da sua capacidade decisória, são pagos com o voto. Este tipo de prática forma-se a partir da vontade mútua no qual quem tem poder entrega e quem o não tem recebe, ficando este último a dever. Quanto mais o devedor toma consciência do valor do seu papel para com o poderoso, mais empobrecido se torna na medida em que mais dependente também se constitui. Na tática do negócio em andamento, o agente empobrecido dá-se por ressarcido. Por sua vez, o credor recorre a estratégias tendentes a *amarra*<sup>1</sup> aquele que dele necessita, atando-o com nós na obrigação dele necessitar eternamente.

Com a prática reiterada, a empreitada torna-se numa exigência, inclusive, no fornecimento de bens básicos a que as pessoas se vão habituando como necessitados. Ao naturalizar-se, este tipo de transação torna-se discernido como o contravalor do voto. Deste modo, o significado político do voto transfigura-se numa espécie de mercadoria, convertendo-se, deste modo, em significação económica.

Encontrei recentemente uma pessoa que se queixava de ter ido à Câmara pedir uma garrafa de gás e que, por isso, estava muito chateada porque entendia que faz parte dos seus direitos ter o gás pago pela Câmara. A Câmara habituou as pessoas a isto e, na altura da campanha eleitoral, cobram através do voto.

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo)

Produzem-se assim dois sentidos plasmados na forma do devedor e do credor, sendo que o segundo passa a dominar o primeiro numa perspetiva para além da dívida. O ato em si esconde uma estratégia de subordinação, mutuamente consentida, ao poder. Trata-se de uma permuta, com vista à obtenção de vantagens que exprime uma relação onde se dá a presença de uma atitude em que um indivíduo poderoso com capacidade de decisão sobre bens públicos e vários indivíduos sem poder, pretendendo usufruir de algo dependente da decisão desse poderoso – um serviço ou um bem – e que, na relação, aceitam ficar dependentes entre si.

Tendo exclusivamente o alcance do objetivo como finalidade, “os

---

<sup>1</sup> A noção de *amarra* foi identificada por Karin Wall como uma das estratégias usadas no Baixo Minho pelas famílias do campo. É uma prática costumeira que atrai através da oferta económica. Era usual na forma como as famílias evitavam dividir a propriedade entregando-a ao filho com talento para outras artes que, deste modo, aceitava limitar-se na terra em vez de procurar horizontes mais largos para, deste modo, tomarem conta não só dos campos como dos irmãos menos talentosos. (Cfr. Wall 1998).

atores partem com diferentes recursos que usam mutuamente em seu benefício” (Schröter 2010:142). Na política esta associação decorre de um processo desigual e ilegítimo tanto na forma de acesso a quem decide, como na condição ilegítima da decisão, realizando-se entre um *cliente* e um *patrão* num quadro onde também se manifesta uma relação de submissão a quem tem poder (Almeida 1984, 1991; Lopes 1994).

Clientelismo e patrocínio são duas configurações emparelhadas e que, no caso português, tem persistido ao longo dos tempos em várias tipologias que demonstram que “as suas características de alteram conforme o grau de desenvolvimento da sociedade”. A relação assenta em traços económicos informais em que o patrono “fornece favores de índole diversa”, retribuindo o cliente “com deferência, lealdade e apoio material, designadamente apoio político e eleitoral” (Lopes 1994:17). A transação é, em regra, personalizada, realizada face-a-face, usando-se meios não comparáveis nos quais os “benefícios fornecidos pelo patrão ou cacique são mais tangíveis e indispensáveis” (Lopes 1994:15). Portanto bens imediatamente necessários na condição de vivência. Sendo certo que se trata de um tipo de relação que pode ser encontrado em variados contextos foi, contudo, mais vezes identificado nas áreas comunitárias, atravessadas por traços profundos de ruralidade.

Apesar deste tipo de associação provir das relações desniveladas entre proprietários fundiários possuidores de meios de controlo, membros da igreja com ascendente capital simbólico e classes modestas, estas são diretamente transponíveis para as relações políticas, nomeadamente entre o voto popular e o poder dos notáveis. Sobre as práticas políticas no espaço rural, nomeadamente com traços camponeses, Almeida (1984) aprofundou as estruturas de classes sociais no campo analisando a relação do voto com o poder. As assimetrias e constrangimentos decorrentes da relação desigual, exercidas a partir de “prepotências” impõem-se, de tal forma, ao ponto de resultarem na “impossibilidade de eficazmente lhes responder”, assim dando origem ao aparecimento da “formação de clientelas” e, em simultâneo, na “cristalização de redes de ‘protecção’, influência e submissão, características do patrocínio” (Almeida 1984: 609). Neste tipo de contexto, emergem nas práticas generalizadas, traços naturalizados e estabilizados de relações particulares de submissão e domínio (Almeida 1984).

Como já se escreveu atrás, os empregos são usados como armas de conquista dos espíritos que se dispõem, desde logo, à submissão. Um dispositivo constituído segundo uma hierarquia de agentes, valorizados pelo poder, funciona como uma agência informal a que se deve recorrer quan-

do se almeja um emprego. O dispositivo hierárquico, construído segundo a vontade patronal determina, de acordo com o lugar que cada agente ocupa na escala do poder, os que entram e os que ficam de fora. Os clientes que acedem a este processo lutam entre si como se estivessem num concurso, não de competências mas de relacionamento, com vista a conquistar a atenção e favores dos agentes com capacidade decisora. Neste dispositivo decisor baseado em estatuto político, a promessa de um presidente de junta sucumbe perante o compromisso de um vereador.

Eu tinha uma funcionária [em empresa privada] que, certa vez, nos comunicou que ia fazer uns testes para ir trabalhar para a Câmara [...] ela tinha a “cunha” de um seu primo, presidente de Junta e, por isso, achava-se segura. Passados uns quinze dias veio falar comigo, estava muito muito revoltada porque quando lá chegou para fazer uns testes estava lá uma miúda [...] que posta perante a necessidade de preencher uns papéis diz que não precisa de preencher porque um senhor Engenheiro lhe havia garantido que o lugar era seu [...] Ela então vinha muito revoltada porque a sua cunha, de um presidente de Junta, era inferior à cunha do Vereador.

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo)

No jogo do favor e da atenção estabelece-se também uma luta entre a hierarquia do poder no qual os possuidores de menos poder agem ativamente na busca da constituição de um número mais elevado de devedores junto dos mecanismos funcionais das estruturas organizacionais. A não ser que estes funcionários encontrem, posteriormente, um novo patrono com mais poder que os faça almejar um novo patamar – e deste modo faça sentido a troca – o sentimento devedor conserva-se para com o benfazejo cujo âmago fiduciário reclama, silenciosamente e a todo o tempo, atos de um espírito submetido pela dívida.

A luta entre patamares hierárquicos de poder estabelece um sistema estratificado de favores nos quais os interesses se vão sucessivamente alterando no seu valor ao longo da escala. Se na base da relação poderá estar o subsídio e no intermédio o emprego como fatores de troca, no topo estabelecem-se outra ordem de valores económicos que muitas vezes avançam muito para além da mera relação entre devedor e credor. Neste caso trata-se de instituir uma espécie de ideologia assente não na diferenciação mas na distribuição de benesses com vista à solidificação da estrutura interna dos apaniguados até ao ponto servil.

O dispositivo hierárquico do sistema de patrocínio, apesar de iden-

tificado com um partido, é amplamente reconhecido na figura de um só indivíduo, nomeadamente o indivíduo que encabeça o município. Resulta, deste modo, uma espécie de poder concentrado na pessoa, funcionando segundo regras muito particulares em que os princípios ditadas pelos regimentos partidários de nada valem. Os partidos políticos tradicionais adquirem, nestas realidades, configurações traçadas sob linhas particulares – quer dizer, individualmente impostas – para, dessa forma, conseguirem responder às relações sociais esperadas e tidas como norma na comunidade que pretendem representar.

### **5. Cultura de dominação patriarcal e cultura de dominação patrimonial**

Neste quadro de construção das relações sociais em Celorico de Basto, percebe-se como a ideia de proximidade esconde, nas tramas da construção social local, estratégias com vista a formação de uma rede de malha apertada (Portugal 2007) promotora de traços de assistencialismo e auxílio mas, da qual, se forma também, nos interstícios da rede, os lugares de dominação e controlo, cuja autoridade, mais do que ser inquestionada, será comunitariamente ajuizada como exclusiva e, em sequência, a única dotada de legitimidade. Esta ordem naturalizada das coisas impõe a norma que dita ser melhor viver com o pouco visível fornecido pelo assistencialismo, do que arriscar por melhor e correr os riscos de nada ter. Esta realidade territorial de Celorico de Basto é diretamente transponível para o campo político, tendo reflexos imediatos nas escolhas individuais

É fácil, é simples... É a miséria económica e intelectual. As pessoas não são livres... Se eu convidar uma pessoa para a minha lista ela diz-me: eu apoio... voto em si mas não pode dizer isso a ninguém nem eu posso aparecer em lado nenhum, senão o meu filho fica desempregado amanhã...

(Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Nas áreas comunidades, quem domina o poder local, domina também as consciências. E, nestas circunstâncias é perceptível, a todo o momento, que o poder político não vive sem a economia de trocas ao seu lado. Existindo uma vivência dentro de uma rede de malhas estreitadas por laços muitos apertados entre os membros da comunidade, basta aos detentores do poder acudir a uma só pessoa para, tal como nas leis económicas, se dar o efeito multiplicador do voto.



As coisas são contadas ao nível de lugar... “olha aquela família tem 30 pessoas portanto vamos arranjar ali dois empregos”. Isto é assim que funciona... É preciso empregar 200 pessoas, arranjam-se três empresas apoiadas pelo município, o Presidente da Câmara aparece na fotografia, parece que as famílias são dele...

(Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Nestas geografias atravessadas pelo sentido comunitário as empresas privadas instaladas que aí se estabelecem provindas do exterior aprendem, rapidamente, os interstícios do território que pisam. Não só se adequam imediatamente às configurações do espaço como se dão conta da presença do dispositivo relacional que faz de toda a gente familiar entre si. O patriarca reconhecido entre os nativos celoricenses é, desde logo, adotado como o patriarca de uma qualquer empresa em instalação. Para não haver dúvidas, seguem-se as regras costumeiras do sistema patriarcal, documentando-se o momento no qual o patriarca se faz fotografar junto da criação. O objetivo é o de não deixar dúvidas sobre quem faz a “dádiva” dos empregos à comunidade.

O dr. Joaquim [Presidente da Câmara] [...] numa empresa ou outra em que se instala, ele também quer meter os trabalhadores para depois ficar ali em dívida, não é? Os empresários, às vezes, não gostam mas funciona muito assim. Pescando à linha.

(Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

Pesca à linha: ato de, com uma linha presa a uma cana, se pescar um ou vários peixes, dependendo do número de anzóis colocados na extremidade da linha. Nesta linguagem metafórica, o emprego serve de isco político para constituir uma dívida junto daquele a quem é “dado” o lugar de trabalho. Os trabalhadores dependeram, desde sempre, dos proprietários das condições de realização do seu trabalho. Essa dependência tem-se alargado a outros agentes, nomeadamente, os agentes políticos. Desde que passou a ser responsabilidade deste último fornecer condições económicas aos cidadãos, se não as consegue *per si*, quando as condições aparecem por via da dinâmica abstrata da economia geral, estas são imediatamente associadas às competências do político local.

Não só pela sua escassez e/ou variabilidade, o emprego junto de empresas estatais ou paraestatais, tornou-se numa arma a que o político se socorre para constituir uma base de apoio direto, arquitetado na exigência de obrigação devedora. Como afirma Bourdieu (2014), o político constrói os

seus obsequiosos para que estes funcionem como uma espécie de guarda de honra que o circunda e o protege. Ultrapassada a fase do emprego no Estado – cujos lugares se deram por integralmente preenchidos – e, findando-se o processo de criação de empresas paraestatais ou paramunicipais, o agente político reorientou o recrutamento dos seus deferentes para a relação com as empresas privadas, assim persistindo na fórmula de dar.

[...] inventaram empresas municipais onde empregam na mesma à nossa custa pessoas que não sabem fazer nada mas que garantem votos...

(Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Até temos a Qualidade de Basto [Empresa municipal] e que tem um bocado essa função, a empresa municipal [...] metem lá pessoal.

(Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

A possibilidade de se constituir num doador de empregos é, para o agente político, um papel primordial, sendo raro aquele que se descola desta função. De tal modo se impregnou como atribuição generalizada e naturalizada que, ser um doador de empregos, se tornou numa ideologia alargada. Uma espécie de hegemonia

Sim, sim [o emprego é usado como função ideológica]. [...] Se houver uma empresa grande [...] o presidente da Câmara, se puder, [diz]: “nós chamamos as pessoas e tal”.

(Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

A dominação patriarcal interliga-se com a dominação patrimonial. O patrimonialismo não é mais do que uma extensão do poder doméstico levado para as relações políticas e cujo funcionamento se caracteriza por uma solidez inquestionada tanto pelos dominados como pelos dominantes. Explica Weber (2004a) que o facto do poder político não assentar numa estrutura de instituição jurídica e, por outro lado, apresentar-se “na forma de relações associativas e compromissos concretos dos diversos detentores”, possibilita uma natureza de poder idêntica à dominação do “pai de família, o do senhor territorial ou do senhor de servos” (Weber 2004a:3). Nas sociedades atravessadas por uma dominação do tipo patrimonial subsiste “a permanência da importância do clã dentro do qual se realiza quase toda a formação de associações económicas” vigorando, em simultâneo, “a obstrução da constituição de corporações autónomas” (Weber 2004a:63).

No sentido lato, o patrimonialismo fundamenta-se em particularidades muito enrijecidas, na medida em que, ao invés da estabilidade observada nas relações feudais, resiste no confronto com a proposta de outras disposições alternativas. Ao porfiar como norma, quando confrontado, consegue, com isso, a descredibilização das outras partes que lhe disputam o território

## **6. Cultura de familismo e nepotismo**

Desde 1976, Celorico de Basto apenas experimentou três indivíduos como presidentes do município. O primeiro, como já se viu, foi João Pulido Almeida (1976-1985). Albertino Mota e Silva foi presidente de Câmara Municipal seguinte, sucessivamente eleito durante cinco mandatos, entre 1989 e 2005. A partir de 1997, Joaquim da Mota e Silva integrou a lista candidata em lugares elegíveis, mantendo-se como vereador municipal e durante três mandatos. Pelo meio ocupou o lugar de deputado à Assembleia da República durante a VIII legislatura (1999–2002) eleito pelo círculo de Braga.

No ato eleitoral autárquico do dia 11 de outubro de 2009, Joaquim da Mota e Silva sucedeu ao pai, Albertino da Mota e Silva, na governação da Câmara Municipal de Celorico de Basto, sendo eleito com maioria absoluta – 51,2% dos votos expressos.

Se fossemos a pensar em tactismo, pensar em procurar a solução para o filho, eu então teria ficado mais um mandato. [...] Não pensamos dessa forma. Pensei é que estava cansado e vinha-me embora e disse-lhe a ele que não me candidatava e candidatou-se ele... Fez-se uma sondagem e tanto ganhava eu se fosse candidato, se fosse ele também ganhava...

(Albertino Mota e Silva – PSD Celorico de Basto).

Não foi a limitação de mandatos mas sim o cansaço a vencer o autarca e Albertino Mota e Silva. Vinte anos no cargo e uma idade já avançada impuseram a decisão de não continuar e de ir embora. No dia 22 de outubro de 2009 o filho, Joaquim, tomou posse. Alguns dias depois, a 9 de novembro de 2009, dia em que completou 38 anos, Joaquim da Mota e Silva assinou um convite para uma empresa, sociedade por quotas, o assessorar na área financeira da Câmara Municipal de Celorico de Basto. Os sócios da empresa Casa do Portelo – Agrofloresta, Turismo e Serviços, Lda. eram Albertino da Mota e Silva e Joaquina Gonçalves Monteiro, respetivamente, pai e mãe de Joaquim da Mota e Silva, ambos, por acaso sem quaisquer competências

na área financeira. Simplesmente Joaquim da Mota e Silva não podia ter contratado, direta ou indiretamente, os progenitores. Tal estava-lhe vedado juridicamente sendo, inclusive, tipificado como crime público. As qualidades técnicas da experiência parecem explicar um ato tão claro e tão declarado de violação das regras legais mais simples de compreender da atividade política

Em 2009 [...] havia pouca gente com experiência na área financeira e, inclusive eu, que tenho formação nessa área também precisava de tempo para exercer a atividade política. E nas conversas que tivemos com os colegas eleitos para o executivo, colocou-se a questão sobre quem é que podíamos trazer para ajudar a reforçar este setor financeiro que, ainda por cima, precisava de uma atenção muito especial. E na altura, digamos, o vice-presidente e outro vereador que ia exercer funções executivas sugeriram que estando o meu pai disponível e tendo 20 anos de experiência na área financeira, seria uma mais-valia ele ficar aqui porque conhecia os dossiês melhor do que ninguém [...]

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

O dispositivo de entronização e eternização (Silva e Martins 2017) faz dos indivíduos profissionais duráveis, não porque afirmem querer ser, mas porque as circunstâncias impõem a presença da excelsa experiência sem a qual as instituições não podem funcionar. A invocação da experiência esconde a afirmação da singularidade ligada à obrigação abnegada, e compõe o político possuído pelo domínio oracular capaz de antecipar o conhecimento do destino. O político é aquele que transporta todo o tipo de conhecimento para todo o tipo de ocorrências. Aliás, prova-o este caso: se se já estivesse perante tal experiência, não se iria em direção a uma trágica decisão que as tramas técnico-jurídicas de vigia se impõem à política

Eu na altura disse, naturalmente, aquilo que é óbvio que é... “isso é uma questão que envolve o meu pai e vocês falem, discutam mas eu não vou participar nesse tipo de decisão”, mas também lhes disse que aquilo que entendessem que fosse o mais adequado eu aceitaria... Concordaria. E assim foram feitas as coisas.

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

Em democracia – pelo menos no discurso – por vezes, o político na posse do poder cede a sua capacidade de ajuizar aos seus compatriotas, principalmente quando estes estão colocados num lugar subalterno. Para além de juízes eles tornam-se em agentes de legitimação política. Quando o presidente da Câmara tem de decidir o que não pode declarar que foi o

próprio a decidir, outorga a decisão àqueles a quem entregou os poderes legais<sup>1</sup>, desse modo *fazendo-se* desaparecer do cenário decisório. Portanto, nada tem a ver com o assunto.

[...] não participei, não adjudiquei, a única questão que se coloca foi ter assinado uma carta tipo convite, ou algo do género, sem o saber que o estava a assinar [...] E nem estava o nome do meu pai, estava o nome de uma empresa [...] Por isso estou muito tranquilo sobre isso...

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

É dos códigos mais antigos da política: o político tem de ter sentido prático e estar preparado para todas as tomadas de posição sejam estas possíveis ou impossíveis, importantes ou triviais, audaciosas ou regulares. Não importa o campo a exigir atenção: seja saúde, justiça, finanças, economia, desastres ou premiações, escassez ou abundância, na política tudo é político. O cardápio do agente político deve incluir as ferramentas necessárias para agir perante todas as situações, inclusive as improváveis. Tem de ter sentido do jogo político inscritas na capacidade de responder às ocorrências do acaso. Quando estas ocorrências se deslocam do verdadeiro jogo político, para se inscreverem num campo extrapolítica, deixam de revelar a adesão absoluta ao “sentido do jogo” (Bourdieu 1981:6) e, neste caso, o investimento deixa de fazer parte do jogo político. O carrilar de um quadro de contratação do pai – ex-recente presidente de Câmara – por um filho, recentemente eleito presidente de Câmara, transforma a autarquia, não numa instituição de representação política mas numa instituição de uso privado, colocado ao dispor de uma família. Nas definições histórico-políticas o favorecimento de parentes, com vista à prossecução da linhagem familiar em determinado poder, designa-se por nepotismo.

[...] coitado do meu pai...ele estava aqui de manhã à noite. O que eu acho espantoso é aquelas avenças ou prestações de serviço daquelas pessoas que ganham, sei lá, 40 a 50 mil euros num ano, em que vão cinco ou seis vezes a um sítio.

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

O pai foi contratado pelo filho, presidente de Câmara eleito, por ajuste direto – portanto, sem concurso público – pelo montante 1.750

---

<sup>1</sup> De acordo com os artigos 68 e 69 da lei 169/99 de 18 de setembro, os vereadores são “coadjuvantes do presidente de Câmara”, cabendo a este, caso o entenda, distribuir esses poderes pelos seus vereadores.

euros mensais. Ainda que sendo a empresa a ser contratada para fornecer um serviço, o cenário é o do ex-presidente de Câmara que, tendo ocupado o lugar durante 20 anos, se apega ao lugar, aí querendo residir eternamente usando, para o efeito, uma estratégia prática subsumida na utilidade experiencial única e incomparável, num quadro que mais não representa do que a reclamação simbólica do direito consuetudinário, configuração da ordem que transforma costumes em leis.

O *familismo*, enquanto predisposição para acesso e residência – e resistência – na administração pública, por via da representação política, não se suporta na invocação técnico-legal, nem se presta como medida moral. No caso em apreciação, por motivos diversos aos invocados por Banfield (1958), apresenta-se um típico *familismo amoral*, no qual o importe monetário apostado no ato não lhe tributa uma medida localizada no campo dos princípios. A noção de *familismo* adquire especificidades diferenciadas de análise dependendo do ponto de observação do fenómeno. Enquanto nas comunidades remetidas para o funcionamento fechado no seu interior, e dominados por vicissitudes geoespaciais, as estratégias de resistência sustentam-se nos recursos familiares como modo de adaptação para transcender os constrangimentos endémicos (Silva 1998), a estratégia familiar transposta para a utilização da coisa pública sustenta-se em formas protecionistas, assentes no nepotismo, por um lado, e no uso das condições déspotas, construídas pelo Estado, usadas em favor de grupos ou pessoas ocupando lugares de dominação, por outro lado (Cabral 2006).

### Notas Finais

Neste trabalho demonstra-se a relação entre uma geografia empobrecida, com posições sociais estáticas e reprodutivas entre si, enclausurado nas bordas da periferia e contido em vivências assentes na urgência, e a forma dessa comunidade conceber e relacionar-se com o campo político, particularmente na passividade, conformismo e submissão aos detentores do poder, por sua vez transformados em proprietários inamovíveis das instituições. A investigação explora a cultura das práticas de sedução e domínio pelos primeiros e nas estratégias de dependência e resignação dos segundos. O isolamento, a condição periférica e a ausência de visão da generalidade, introduzem uma cultura existencial que circunda a geografia em particularidades estratégicas comuns a toda a comunidade.

O estudo comprova como as condutas da ação política formam culturas políticas diferenciadas, variando de acordo com a geografia da sua produção,

sendo estas o resultado de idiosincrasias marcadamente vincadas por forças cujos componentes são evidenciados na forma de relações socioeconómicas. Concorrem para esta figuração fatores culturais localizados na endogénesse das estruturas sociais, sendo estas responsáveis pela transformação dos atos de gestão política em relações particulares de manifestação de poder pessoal.

A observação das práticas locais, entrecruzadas com as interseções dos excursos dos atores da política local, revelam como no concelho de Celorico de Basto a ação política sucumbe à lógica das trocas economias, transformando as relações entre representantes e representados em práticas fundadas nas condutas típicas de relações entre senhor e servo, nas quais os detentores da faculdade de comando, à moda da situação de patrimonialismo, se constituem também em agentes detentores do uso autocrático da coisa pública, assim capacitando-se para rotinas de familismo político e práticas de nepotismo.

Enquanto a estratégia familiar transposta para a administração pública é usada em favor da entronização dos lugares públicos de dominação, o recurso às práticas de patrocínio são marcadas por atos de transação e exploração do conformismo geral. Despossuído de qualquer capacidade autónoma e dominado por constrangimentos, subsiste uma cultura política de sujeição sob o papel de cliente, fundado em práticas de obediência e submissão às ordens do patrão.

A conversão do interesse geral pelos gestores políticos em necessidade particular dos representados, significa a instituição de um credor com poder para um devedor carecido, num quadro de dominação no qual é revelada uma estratégia de dependência que subjaz uma típica relação entre um patrão e um cliente. Neste contexto em que os empregos constituem uma espécie de mercadoria, o agente doador investe em si e no seu futuro porquanto ao fomentar um território de dívidas alicerça, no presente, as pontes com o seu futuro político.

## **Referências Bibliográficas**

Almeida, João Ferreira. 1984. «Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês». *Análise Social* XX:583–620.

Almeida, Pedro. 1991. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel.

Augé, Marc. 2005. *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

- Banfield, Edward. 1958. *The Moral Basis of a Backward Society*. Illinois: The Free Press Glencoe.
- Bardin, Laurence. 2009. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bergson, Henri. 2013. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: Flammarion.
- Bourdieu, Pierre. 1981. «La représentation politique – Éléments pour une théorie du champ politique». *Actes de la recherche en sciences sociales*. 36–37:3–24.
- Bourdieu, Pierre. 2014. *Sobre o Estado*. S.Paulo: Companhia das Letras.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2006. «Despotismo de Estado e Sociedade Civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral». Pp. 157–80 em *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Martins*, editado por H. M. Jerónimo, J.-L. Garcia, e M. V. Cabral. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Coulon, Alain. 1988. *La etnometodologia*. Madrid: Catedra.
- Dijk, Teun a. van. 2005. *Discurso, notícia e ideologia – estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Garfinkel, Harold. 2006. *Estudios en Etnometodologia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Goffman, Erving. 1986. *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeast.
- Goffman, Erving. 1993. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hall, Stuart, Doroty Hobson, D. Lowe, e Paul Willis. 1980. *Culture, Media, Language*. London: Routledge.
- Kieling, Camila Garcia. 2014. «Contribuições Da Sociologia Fenomenológica De Alfred Schutz Para a Comunicação». *Cadernos de Comunicação* 18(1):283–99. doi: 10.5902/2316882x10646.
- Laitin, David D. e Aron Wildavsky. 1988. «Political Culture and Political Preferences». *American Political Science Review* 82(2):589–97.
- Lemos, João Marinho. 1988. *Celorico de Basto – Entre o passado e o futuro*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto.
- Lopes, Fernando Farelo. 1994. *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Martins, Moisés Lemos. 2011. *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Mauss, Marcel. 1924. «Essay sur le don – Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives». *L'Année Sociologique* (2).
- Portugal, Sílvia. 2007. «O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços». *Revista Crítica de Ciências Sociais* (79):35–56. doi: 10.4000/rccs.723.
- Schröter, Barbara. 2010. «Clientelismo político: ¿existe el fantasma y cómo se viste?» *Revista Mexicana de Sociología* 72(1):141–75. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.



Schütz, Alfred. 1970. *On Phenomenology and Social Relations*. Chicago: The University of Chicago Press.

Shaun, Gallagher e Dan Zahavi. 2020. *The Phenomenological Mind*. London: Routledge.

Silva, Esser e Martins, Moisés Lemos. 2017. «A cultura da entronização e da eternização da elite política». Pp. 73–97 em *Arte, Políticas e Práticas – V Jornadas Culturais*, editado por Z. Pinto-Coelho, T. Ruão, e N. Zagalo. Braga: CECS.

Silva, Manuel Carlos. 1998. *Resistir e Adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo – Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Dom Quixote.

Weber, Max. 2004a. *Economia e Sociedade – Vol. II*. S.Paulo: Editora Universidade de Brasília.

Weber, Max. 2004b. *Economia e Sociedade – Vol. I*. S.Paulo: Editora Universidade de Brasília.